

FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS CONTÁBEIS
DE SÃO ROQUE

**A CONTABILIDADE FINANCEIRA COMO UM INSTRUMENTO DE
GESTÃO APLICADO ÀS EMPRESAS DE ECONOMIA DE COMUNHÃO**

VÂNIA ALVES SILVA

SÃO ROQUE - 2002

FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS CONTÁBEIS
DE SÃO ROQUE

**A CONTABILIDADE FINANCEIRA COMO UM INSTRUMENTO DE
GESTÃO APLICADO ÀS EMPRESAS DE ECONOMIA DE COMUNHÃO**

Monografia apresentada como exigência parcial par obtenção do título de bacharel em Ciências Contábeis, sob a orientação do Professor Carlos José Roque.

VÂNIA ALVES SILVA

SÃO ROQUE – 2002

Agradeço com uma profunda gratidão Àquele que me deu o dom da vida, e que sempre esteve do meu lado nas mais varias situações, mesmo quando não me dou conta de Sua presença: Deus.

Em especial dedico este trabalho aos meus pais, irmãos, cunhados, cunhadas e aos sobrinhos, de maneira especial a Izolina e ao Décio (in memória) que foram os primeiros depois de mim a investir e acreditar nesta conquista.

Agradeço a Ginetta Calliari, de todo coração que de forma indireta mais fundamental me ajudou na elaboração deste trabalho. A Chiara Lubich e a todos do Movimento dos Focolares que de alguma maneira fazem parte da EdC pela audácia de trilhar este projeto. Agradeço de modo particular ao Centro de estudo da EdC o qual me possibilitou está pesquisa.

A esta Instituição dedico os meus agradecimentos por me ter recebido em seu corpo discente, por meio do Sr. Orlando, Elói de Siqueira e Carlos Araripe. E a todos os funcionários da casa que nestes anos convivemos.

Agradeço a todos os professores, em especial Carlos José Roque por me ter acompanhado na elaboração deste trabalho. Aos colegas do 10º semestre do curso de Contábeis que juntos trilhamos este caminho. Valeu!

*Ao contrário da economia consumista,
baseada na cultura do ter, a economia de
comunhão é baseada na cultura do dar(...).*

Chiara Lubich
(1991)

A CONTABILIDADE FINANCEIRA COMO INSTRUMENTO DE GESTÃO
APLICADO ÀS EMPRESAS DE ECONOMIA DE COMUNHÃO

Por

Vânia Alves Silva

Monografia aprovada como requisito parcial para
obtenção do grau de graduação, no Curso de Ciências
Contábeis, pela Comissão formada pelos professores:

ORIENTADOR:

Prof ... Carlos José Roque

Prof ... Elói de Siqueira

Prof ... Sílvio de Paula Fernandes

São Roque, 02 de dezembro de 2002

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 07

CAPITULO I - A Contabilidade como instrumento de decisão 08

- 1 - Utilização dos dados contábeis para fins de decisão 08
- 2- Os processos de Escrituração Contábeis 09
- 3 - Relatórios Contábeis 11
 - 3.1 - Balanço Patrimonial 12
 - 3.2 - Demonstração de Resultado do Exercício 14
 - 3.3 - Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos 16
 - 3.4 – Demonstração de lucros ou prejuízos acumulados 18
 - 3.5 - Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido 19
 - 3.6 - Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) 19
 - 3.7 - Notas Explicativas 22
 - 3.8 – Demonstração do Valor Adicionado – DVA 23

CAPITULO II - O Projeto Economia de Comunhão – EdC 26

- 1 – O Movimento dos Focolares: contexto de origem da EdC 26
- 2 – Origem e fundamentação 27
- 3- Processo de adesão à Economia de Comunhão 30
- 4 – Repercussão e expansão mundial 32
- 5 – O Pólo Empresarial Spartaco: Iniciativa pioneira da EdC 35

CAPITULO III - A Contabilidade adaptada para as empresas participantes da Economia de Comunhão 38

- 1 - Indicadores econômicos financeiros 38
- 2 - Utilização e limitações da análise de demonstrações financeiras 42
- 3 – Indicadores econômicos financeiros adicionados para a análise das empresas vinculadas à EdC 43
- 4 – Demonstração do valor adicionado – DVA - adaptação para as empresas participantes da EdC 44

CONCLUSÃO 46

ANEXOS 47

BIBLIOGRAFIA 57

INTRODUÇÃO

Este trabalho, tem como objetivo, apresentar e analisar aspectos da contabilidade financeira para fins de tomada de decisão quando aplicados a empresas vinculadas ao Projeto Economia de Comunhão – EdC idealizado por Chiara Lubich.

A importância deste trabalho está em demonstrar a aplicabilidade da contabilidade financeira mesmo em um ambiente onde se destaca uma nova concepção de lucro pelas empresas e este ambiente é o da EdC, onde a contabilidade financeira aparece versus a contabilidade social.

A opção pelo uso do levantamento bibliográfico, enquanto metodologia de investigação, mostrou-se um meio capaz de conter e produzir com maior profundidade os conhecimentos.

No primeiro capítulo discorreremos sobre a contabilidade como instrumento de gestão embazados por seus relatórios contábeis, processo de escrituração mediante seus conceitos num esforço de ressaltar a contribuição de cada um deles na contabilidade atual. O segundo capítulo detém-se a uma apresentação das premissas e objetivos do Projeto de Comunhão – EdC. No terceiro capítulo, já conhecendo a prática empresarial decorrente da EdC, sugerimos algumas adaptações às empresas vinculadas a EdC, a fim de analisar a situação econômico financeira daquelas empresas sob a ótica de uma contabilidade do ponto de vista social.

CAPÍTULO I - A CONTABILIDADE COMO INSTRUMENTO DE DECISÃO

1 - UTILIZAÇÃO DOS DADOS CONTÁBEIS PARA FINS DE DECISÃO

Segundo Marion, cotidianamente nas empresas tomam decisões, muitas delas importantíssimas onde requer um cuidado maior, uma análise mais profunda sobre dados disponíveis e critérios racionais, porque uma decisão mal tomada pode colocar em risco ou prejudicar a imagem da empresa.

Para ter uma gerência eficaz é indispensável se ter dados fiéis, reais produzidos pela contabilidade, onde retrate a real situação financeira da empresa, pois mediante estes dados a gerência toma as decisões necessárias à empresa.

É bom salientar que as pessoas que têm a tarefa de dirigir a empresa ou algum departamento, de posse das informações contábeis, precisam saber interpretar os relatórios para as tomadas de decisões.

Para serem tomadas as decisões dentro de uma empresa precisam ser levados em conta muitos fatos relevantes.

“A contabilidade é o grande instrumento que auxilia a administração a tomar decisões. Na verdade, ela coleta os dados econômicos, mensurando-os monetariamente, registrando-os em forma de relatórios ou de comunicados, que contribuem sobremaneira para tomada de decisões”. (2000.p.9).

Neste trabalho demonstramos que a contabilidade oferece muitos subsídios para auxiliar as tomadas de decisões, relacionando alguns relatórios contábeis, dando uma visão sucinta dos mesmos, tendo em conta que não seria possível esgotar todas as decisões que podem ser tomadas com base nas Demonstrações Financeiras.

2 - PROCESSO DE ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL

Segundo Osni, *"escrituração é uma técnica que consiste em registrar nos livros próprios (Diário, Razão, Caixa, Contas etc.) todos os fatos administrativos que ocorreram na empresa". (1993.p.81) (Sic).*

Pode-se dizer que o controle contábil das empresas começa com a escrituração. E é através deste mesmo instrumento que possibilitada a gestão do Patrimônio das empresas.

Segundo Marion, "freqüentemente os responsáveis pela administração estão tomando decisões, quase todas importantes, vitais para o sucesso do negócio. Por isso, há necessidade de dados, de informações corretas, de subsídios que contribuam para uma boa tomada de decisão. Decisões tais como comprar ou alugar uma máquina, preço de um produto, contrair uma dívida a longo prazo, que quantidade de material para estoque devemos comprar, reduzir custos, produzir mais, quais produtos cortar, quanto investir em propaganda, quanto se ter de disponibilidades, o ideal em capital de giro, dentre outros".

A contabilidade é o instrumento propulsor que auxilia a administração a tomar decisões. Na visão de Osni em sua definição sobre escrituração está em pleno acordo com o Marion que salienta que a contabilidade coleta todos os dados econômicos mensurando-os monetariamente, registrando-os e sumarizando-os em forma de relatórios ou de comunicados, que contribuem sobremaneira para a tomada de decisões.

Art. 177 - *A escrituração da companhia será mantida em registros permanentes, com obediência aos preceitos da legislação comercial e desta Lei e aos princípios de contabilidade geralmente aceitos, devendo observar métodos ou critérios contábeis uniformes no tempo e registrar as mutações patrimoniais segundo o regime de competência.*

§ 1º - as demonstrações financeiras do exercício em que houver modificação de métodos ou critérios contábeis, de efeitos relevantes, deverão indicá-la em nota e ressaltar esses efeitos.

§ 2º - A companhia observará em registros auxiliares, sem modificação da escrituração mercantil e das demonstrações reguladas nesta Lei, as disposições da lei tributária, ou de legislação especial sobre atividade que constitui seu objeto, que prescrevam métodos ou critérios contábeis diferentes ou determinem a elaboração de outras demonstrações financeiras.

§ 3º - As demonstrações financeiras das companhias abertas observarão, ainda, as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, e serão obrigatoriamente auditadas por auditores independentes registrados na mesma comissão.

§ 4º - As demonstrações financeiras serão assinadas pelos administradores e por contabilistas legalmente habilitados.

2.1 - LIVRO DIÁRIO

Do ponto de vista legal e fiscal o livro mais importante é o diário, pois é neste livro que são registradas todas as operações contabilizadas de uma entidade, em ordem cronológica e com a observância de certas regras.

Reveste-se de formalidades extrínsecas e intrínsecas. Para obedecer às formalidades extrínsecas o livro diário deve ser encadernado com folhas numeradas em seqüências, tipograficamente. Deve ainda conter os termos de abertura e de encerramento e ser submetido à autenticação do órgão competente do Registro do Comércio.

Segundo a visão de Franco (1973,p.94),

...por sua vez nas formalidades intrínsecas faz se necessário uma escrituração completa, em idioma e moedas nacionais, em forma mercantil, com individuação e clareza, por ordem cronológica de dia, mês e ano, sem

intervalos em branco nem entrelinhas, borraduras, rasuras, emendas e transporte para as margens.

2.2 - LIVRO RAZÃO

A escrituração do livro razão passou a ser obrigatória a partir de 1991 segundo o artigo 14 da Lei nº. 8218, de 29/8/91, o livro razão apesar de facultativo, é principal e de grande utilidade na contabilidade.

É um livro sistemático porque destina uma página para cada conta, selecionando operações relativas a cada elemento específico do patrimônio.

2.3 - LIVRO CONTAS – CORRENTES

Este livro é um auxiliar do razão. Serve para controlar as contas que representam Direitos e Obrigações de terceiros. É um livro sistemático, pois registra operações de uma mesma natureza, mas em ordem cronológica.

2.4 - LIVRO CAIXA

O livro caixa é auxiliar e facultativo, mas de grande importância nas empresas, sendo mesmo indispensável, nele são registrados todos os fatos administrativos que envolvem entradas e saídas de dinheiro. É dividido em duas partes: o débito representa todas as entradas e o crédito representa as saídas de dinheiro. Por sua natureza faz se necessário a escrituração diária.

3 - RELATÓRIOS CONTÁBEIS

Os relatórios contábeis têm por finalidade ordenar e resumir dados colhidos pela contabilidade. Com o objetivo de informar aos usuários da contabilidade os principais fatos registrados pela contabilidade em determinado período.

Entre os relatórios contábeis, os mais importantes são as demonstrações financeiras, terminologia dada pela Lei da S.A, ou se utiliza a terminologia dada pelos contadores conservadores de demonstrações contábeis.

Art. 176 - *Ao fim de cada exercício social, a Diretoria fará elaborar, com base na escrituração mercantil da companhia, as seguintes demonstrações financeiras, que deverão exprimir com clareza a situação do patrimônio da companhia e as mutações ocorridas no exercício:*

I - balanço patrimonial;

II - demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados;

III - demonstração do resultado do exercício;

IV - demonstração das origens e aplicações de recursos.

§ 1º As demonstrações de cada exercício serão publicadas com a indicação dos valores correspondentes das demonstrações do exercício anterior.

§ 2º Nas demonstrações, as contas semelhantes poderão ser agrupadas; os pequenos saldos poderão ser agregados, desde que indicada a sua natureza e não ultrapassem um décimo do valor do respectivo grupo de contas; mas é vedada a utilização de designações genéricas, como "diversas contas" ou "contas correntes".

§ 3º As demonstrações financeiras registrarão a destinação dos lucros segundo a proposta dos órgãos da administração, no pressuposto de sua aprovação pela assembléia geral.

§ 4º As demonstrações serão complementadas por notas explicativas e outros quadros analíticos ou demonstrações contábeis necessários para esclarecimento da situação patrimonial e dos resultados do exercício.

Além dos quadros demonstrativos previstos na Lei 6404/76, estão consagradas as Demonstrações do Fluxo de Caixa (DFC), Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), que a comissão de Valores Mobiliários (CVM) exige para as companhias abertas.

3.1 - BALANÇO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial é a demonstração financeira que evidencia, resumidamente o Patrimônio da entidade, quantitativa e qualitativamente em dado momento.

É a demonstração que encerra a seqüência dos procedimentos contábeis, apresentando os elementos do patrimônio de forma ordenada: Ativo,

Passivo e Patrimônio Líquido. Onde o Ativo representa (bens e direitos), o Passivo (obrigações) e o Patrimônio Líquido (diferença entre o Ativo e o Passivo). (FEA da USP, pág. 153).

O Ativo é representado por todos os bens e direitos de propriedade da empresa, que são mensuráveis monetariamente e que por sua vez são benefícios presentes ou benefícios futuros para a empresa.

O Passivo representa todas obrigações que a empresa tem para com terceiros (dívidas).

O Patrimônio Líquido evidencia recursos dos proprietários aplicados no empreendimento.

Art. 178 - *No balanço, as contas serão classificadas segundo os elementos do patrimônio que registrem, e agrupadas de modo a facilitar o conhecimento e a análise da situação financeira da companhia.*

§ 1º - *No ativo, as contas serão dispostas em ordem decrescente de grau de liquidez dos elementos nelas registrados, nos seguintes grupos:*

- a) ativo circulante;*
- b) ativo realizável a longo prazo;*
- c) ativo permanente, dividido em investimentos, ativo imobilizado e ativo diferido.*

§ 2º - *No passivo, as contas serão classificadas nos seguintes grupos:*

- a) passivo circulante;*
- b) passivo exigível a longo prazo;*
- c) resultados de exercícios futuros;*
- d) patrimônio líquido, dividido em capital social, reservas de capital, reservas de reavaliação, reservas de lucros e lucros ou prejuízos acumulados.*

§ 3º - *Os saldos devedores e credores que a companhia não tiver direito de compensar serão classificados separadamente.*

Conforme a Lei das S/A o Balanço Patrimonial deve obedecer à seguinte estrutura :

Ativo	Passivo + Patrimônio Líquido
Ativo circulante	Passivo Circulante
Ativo Realizável a longo prazo	Passivo exigível a longo prazo
Ativo Permanente:	Resultados de exercícios futuros
Investimentos	
Ativo Imobilizado	Patrimônio Líquido
Ativo Diferido	Capital Social
	Reserva de Capital
	Reserva de Reavaliação
	Reserva de Lucros
	Lucros ou Prejuízos Acumulados

3.2 - DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

No fim do exercício social, as empresas elaboram entre outras a demonstração do resultado do exercício, que se destina a evidenciar a composição do resultado formado em determinado período da entidade, ou seja, lucro ou prejuízo, segundo o disposto na Lei das Sociedades por Ações em seu artigo 187.

Art. 187 - A demonstração do resultado do exercício discriminará:

I - a receita bruta das vendas e serviços, as deduções das vendas, os abatimentos e os impostos;

II - a receita líquida das vendas e serviços, o custo das mercadorias e serviços vendidos e o lucro bruto;

III - as despesas com as vendas, as despesas financeiras, deduzidas das receitas, as despesas gerais e administrativas, e outras despesas operacionais;

IV - o lucro ou prejuízo operacional, as receitas e despesas não operacionais e o saldo da conta de correção monetária (Art. 185, § 3º); & Inciso alterado pela Lei nº 9249/95

V - o resultado do exercício antes do imposto de renda e a provisão para o imposto;

VI - as participações de debêntures, empregados, administradores e partes beneficiárias, e as contribuições para instituições ou fundos de assistência ou previdência de empregados;

VII - o lucro ou prejuízo líquido do exercício e o seu montante por ação do capital social.

§ 1º - Na determinação do resultado do exercício serão computados:

a) as receitas e os rendimentos ganhos no período, independentemente da sua realização em moeda; e

b) os custos, despesas, encargos e perdas, pagos ou incorridos, correspondentes a essas receitas e rendimentos.

§ 2º - O aumento do valor de elementos do ativo em virtude de novas avaliações, registrado como reserva de reavaliação (Art. 182, § 3º), somente depois de realizado poderá ser computado como lucro para efeito de distribuição ou participações.

De acordo com a Lei das S/A pode-se ter como modelo de DRE o exemplo abaixo, conforme a atividade desenvolvida pela empresa.

Empresa Fictícia S/A	
Demonstração do Resultado do Exercício em 31/12/2xxx	
RECEITA BRUTA DE VENDAS E SERVIÇOS	
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	
(Impostos e abatimentos sobre a receita bruta)	
= RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS E SERVIÇOS	
(-) CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS E DOS SERVIÇOS PRESTADOS	
= LUCRO BRUTO OPERACIONAL	
(-) DESPESAS OPERACIONAIS	
DE VENDAS	
ADMINISTRATIVAS	
ENCARGOS FINANCEIROS LÍQUIDOS	
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS	
(=) LUCRO/PREJUÍZO OPERACIONAL	
(-) IMPOSTO DE RENDA (%)	

(-) CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (%)

= LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

3.3 - DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS

A Demonstração de Origens e Aplicação de recursos vem evidenciar a procedência de novos recursos que acontece na empresa durante o exercício contábil e que afeta o capital circulante da entidade.

Referente a Origem entende-se toda operação que aumenta o Capital Circulante Líquido.

Da Aplicação de recursos decorre uma redução do Capital Circulante Líquido.

Art. 188 - *A demonstração das origens e aplicações de recursos indicará as modificações na posição financeira da companhia, discriminando:*

I - as origens dos recursos, agrupadas em:

- a) lucro do exercício, acrescido de depreciação, amortização ou exaustão e ajustado pela variação nos resultados de exercícios futuros;*
- b) realização do capital social e contribuições para reservas de capital;*
- c) recursos de terceiros, originários do aumento do passivo exigível a longo prazo, da redução do ativo realizável a longo prazo e da alienação de investimentos e direitos do ativo imobilizado.*

II - as aplicações de recursos, agrupadas em:

- a) dividendos distribuídos;*
- b) aquisição de direitos do ativo imobilizado;*
- c) aumento do ativo realizável a longo prazo, dos investimentos e do ativo diferido;*
- d) redução do passivo exigível a longo prazo;*

III - o excesso ou insuficiência das origens de recursos em relação às aplicações, representando aumento ou redução do capital circulante líquido;

IV - os saldos, no início e no fim do exercício, do ativo e passivo circulantes, o montante do capital circulante líquido e o seu aumento ou redução durante o exercício.

Segundo a Lei das S/A podemos ter como modelo de DOAR dependendo da empresa o seguinte:

Demonstração de Origens e Aplicação de Recursos (DOAR) EM 31-12-2xxx
1. Origens dos Recursos
Das operações
Lucro Líquido do Exercício
(+) Despesa de Depreciação e Amortização
(+) Recebimento no período classificação como REF
(+)Variações Monetárias de Empr. e Financ. a L.P.
(-) Transferência do REF p/ Apuração do Res. Exerc.
(-) Participação no Lucro da Controlada
(-) Lucro na Venda de Imobilizado
(-) Lucro Ajustado
(-) Dividendos Recebidos
(-) Dos Acionistas
(-) Integralização de Capital
Dos Proprietários
De Terceiros
(+) Ingresso de Novos Empréstimos
(+) Baixa de Bem do Imobilizado (valor de Venda)
(+) Venda de Investimentos
(+) Regaste de Investimentos Temporários a L. P.
= Total das origens
2. Aplicações dos Recursos
Aquisição de Direitos do Imobilizado, ao Custo
Adições ao Custo no Ativo Diferido
Integralização de Novos Investimentos
Aumento em Depósitos Judiciais
Transferência para o Passivo Circulante dos Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo
Dividendos Proposto e Pagos
= Total das Aplicações

3.4 - DEMONSTRAÇÃO DOS LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS

A demonstração de lucros ou prejuízos acumulados evidencia o lucro apurado no exercício e sua destinação, bem como os eventos que modificaram o saldo da conta lucros ou prejuízos acumulados.

Segundo o artigo 186 da Lei nº. 6404/76 a demonstração de lucros ou prejuízos acumulados discriminará:

I - o saldo do início do período, os ajustes de exercícios anteriores e a correção monetária do saldo inicial;

II - as reversões de reservas e o lucro líquido do exercício;

III - as transferências para reservas, os dividendos, a parcela dos lucros incorporada ao capital e ao saldo ao fim do período.

§ 1º - Como ajustes de exercícios anteriores serão considerados apenas os decorrentes de efeitos de mudança de critério contábil, ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior, e que não possam ser atribuídos a fatos subseqüentes.

§ 2º - A demonstração de lucros ou prejuízos acumulados deverá indicar o montante do dividendo por ação do capital social e poderá ser incluída na demonstração das mutações do patrimônio líquido, se elaborada e publicada pela companhia.

Pode-se dar como exemplo, segundo a Lei das S/A, o seguinte modelo de Demonstração do Lucro ou Prejuízo do Exercício:

Empresa Ficticia S/A	
Demonstração do Lucro ou Prejuízo Acumulado em 31/12/2xxx	
Saldo em 31 de dezembro de x0	
Ajustes de exercícios anteriores	
Parcela de Lucros incorporada ao capital	
Reversões de reservas	
= Lucro Líquido do Exercício	

Proposta da administração de destinação do lucro
Transferência para reservas
Saldo em 31 de dezembro de x1

3.5 – DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

De acordo com a Lei 6404/76 esta demonstração não é obrigatória, porém sua publicação é exigida pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) através de sua instrução nº. 59, de 22 –12-86, para as companhias abertas.

Esta demonstração é de muita utilidade, pois fornece informações ocorridas durante o exercício nas diversas contas pertencentes ao Patrimônio Líquido. De modo particular para as empresas que tem seu Patrimônio Líquido formado por diversas contas, mantendo com elas inúmeras transações.

3.6 – DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (DFC)

A demonstração do fluxo de caixa ainda não é obrigatória no Brasil, tem como base as orientações do (Fasb), Financial Accounting Standards Board, órgão normatizador das práticas contábeis nos Estados Unidos da América, e do (Iasc), International Accounting Standards Committee, órgão que estabelece normas internacionais de contabilidade no âmbito da ONU – Nações Unidas.

A demonstração dos fluxos de caixa visa mostrar como ocorreram as movimentações de disponibilidades em um dado período de tempo.(FIPECAFI, pág.29). Ou seja, tem por objetivo primário promover informações relevantes sobre o pagamentos e recebimentos, em dinheiro de uma empresa, ocorridos durante um determinado período.

A demonstração de fluxo de caixa pode ser feita pelo método direto ou indireto:

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA (DFC) Método Direto
Em 31/12/2xx1
1. Origens das Operações
Recebimento de clientes
Recebimento de juros
Duplicatas descontadas
Pagamento de Fornecedores
Pagamento de Imposto
Pagamento de Salário
Pagamento de Juros
Pagamento Despesa Paga Antecipadamente
Caixa Líquido Consumido nas Atividades Operacionais
Atividades de Investimento
Recebimento pela Venda de Imobilizado
Pagamento pela Compra de Imobilizado
Caixa Líquido Consumido nas Atividades Investimentos
Atividade de financiamento
Aumento de capital
Empréstimo de curto prazo
Distribuição de dividendos
Caixa Líquido Gerado nas Atividades de Financiamento
Aumento Líquido nas Disponibilidades
Saldo de Caixa + Equivalente em 2xx0
Saldo de Caixa + Equivalente em 2xx1

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA (DFC) Método Indireto	
Em 31/12/2xx1	
1. Origens das Operações	
Lucro Líquido do Exercício Ajustado (igual ao do DOAR)	
(+)	Depreciação
(-)	Lucro na Venda de Imobilizado
	Aumento/Redução Duplicata a Receber
	Aumento/Redução em PDD
	Aumento/Redução em duplicatas descontadas
	Aumento/Redução em estoques
	Aumento/Redução em duplicata a receber
	Aumento/Redução em despesa paga antecipadamente
	Aumento/Redução em fornecedores
	Redução/Aumento em provisão para IR
	Redução/Aumento em salários a pagar
Caixa Líquido Consumido nas Atividades Operacionais	
Atividades de Investimento	
	Recebimento pela venda de imobilizado
	Pagamento pela compra de imobilizado
Caixa Líquido Consumido nas Atividades Investimentos	
Atividade de financiamento	
	Aumento de capital
	Empréstimo de curto prazo
	Distribuição de dividendos
Caixa Líquido Gerado nas Atividades de Financiamento	
Aumento Líquido nas Disponibilidades	
Saldo de Caixa + Equivalente em 2xx0	
Saldo de Caixa + Equivalente em 2xx1	

3.7 – NOTAS EXPLICATIVAS

As notas explicativas são informações complementares às demonstrações contábeis, representando parte integrante das mesmas. Podendo estar expressas tanto na forma descritiva como na forma de quadros analíticos.

As notas explicativas podem ser utilizadas pela companhia para explicações adicionais sobre determinadas contas ou operações específicas e ainda para composição e detalhes de certas contas.

Segundo o § 5º do artigo 176 da Lei 6404/76 assim descreve as notas explicativas:

5º As notas deverão indicar:

- a) os principais critérios de avaliação dos elementos patrimoniais, especialmente estoques, dos cálculos de depreciação, amortização e exaustão, de constituição de provisão para encargos ou riscos, e dos ajustes para atender a perdas prováveis na realização de elementos do ativo;*
- b) os investimentos em outras sociedades, quando relevantes (art.247, parágrafo único);*
- c) o aumento de valor de elementos do ativo resultante de novas avaliações (art.182, º 3º);*
- d) os ônus reais constituídos sobre elementos do ativo, as garantias prestadas a terceiros e outras responsabilidades eventuais ou contingentes;*
- e) a taxa de juros, as datas de vencimento e as garantias das obrigações a longo prazo;*
- f) o número, espécies e classes das ações do capital social;*
- g) as opções de compra de ações outorgadas e exercidas no exercício;*
- h) os ajustes de exercícios anteriores (art. 186, º 1º);*
- i) os eventos subseqüentes à data de encerramento do exercício que tenham, ou possam vir a ter, efeito relevante sobre a situação financeira e os resultados futuros da companhia.*

6º A companhia fechada, com patrimônio líquido, na data do balanço, não superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) não será obrigada à

elaboração e publicação da demonstração das origens e aplicações de recursos. 6º com redação dada pela Lei nº9.457, de 05.05.1997.

4.1 - DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - DVA

Segundo a autora De Luca “a Demonstração do Valor Adicionado surgiu para atender as necessidades de informações dos usuários sobre o valor da riqueza criada pela empresa e sua utilização”, ou seja, evidencia o quanto de valor a empresa adiciona aos insumos que adquire, bem como sua distribuição aos elementos que contribuirão para essa adição.

É um conjunto de informações de natureza econômica. É um relatório contábil que usa demonstrar o valor da riqueza gerada pela empresa e a distribuição para os elementos que contribuíram para sua geração.

Para definir valor adicionado numa visão contábil cabe lembrar que trataremos agora da avaliação das transações econômicas num ambiente único, na empresa.

O ambiente da empresa, podemos definir valor adicionado como sendo a diferença entre o valor da produção e os consumos intermediários (compras a outras empresas) num determinado período.

Exemplificação

Suponhamos que uma empresa venda toda sua produção num certo período e obtenha receita no total de \$ 100.000,00. Para isto, a empresa efetuou compra de materiais de outras empresas no valor de \$ 60.000,00 e pagou \$ 10.000,00 a seus funcionários. Qual o valor adicionado deste empresa?

Valor adicionado = Produção – Consumo intermediário

Valor adicionado = 100.000,00 – 60.000,00

Valor adicionado = 40.000,00

O valor adicionado deste empresa é \$ 40.000,00, isto é, a diferença entre o valor da produção (Venda) diminuído do valor dos materiais adquiridos de terceiros (Consumo intermediário).

O cálculo do valor adicionado e a distribuição entre os fatores de produção que contribuem para sua geração são, em geral, apresentados da seguinte forma:

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
Apuração do valor adicionado
Vendas
(-) Materiais e serviços adquiridos de terceiros
Valor adicionado da atividade de terceiros
Riquezas transferidas de terceiros
Receita Financeira
Receita equivalência patrimonial
Valor adicionado total dos negócios
Distribuição do valor adicionado
Empregados
Mão-de-obra
Financiadores
Juros
Governo
Impostos
Acionistas
Dividendos
Lucros retidos

4.2 - DETALHAMENTO DO QUE CARACTERIZA CADA ELEMENTO DO DEMONSTRATIVO:

Vendas – título da conta que se destina ao registro da receita técnica das empresas comerciais e industriais.

Riquezas transferidas de terceiros – É um conjunto de bens, créditos, débitos, dotações e provisões que se acham à disposição de uma empresa.

Receita financeira – São provenientes dos bens numerários e créditos, diretamente, tais como: juros, descontos de fornecedores sobre a antecipação de pagamento, ágios sobre moedas etc.

Mão-de-obra – Título de conta destinado a registrar o valor do trabalho dos obreiros na execução de um produto, de um bem de consumo, de um serviço etc.

Financiadores – São entidades que concede créditos a outras entidades.

Juros - Neste caso fala-se do valor derivante da recompensa de capital de terceiro emprestado a uma empresa ou entidade.

Impostos – Título de conta que se destina ao registro dos gastos realizados com os tributos.

Acionistas - Título de conta destinado a registrar movimentos financeiros em relação a sócios de sociedade por ações.

Dividendos – Parcela de lucro da empresa destinada a remunerar o capital do sócio ou acionista.

Lucros retidos – É a parcela do lucro que não é distribuída aos sócios ou acionista em virtude de eventuais subscrições.

As informações divulgadas pelos relatórios possibilitam aos gestores a avaliação do desempenho da entidade, produzindo informações para as decisões de investidores, de planejamento de resultados, de lucratividade.

CAPITULO II - O PROJETO ECONOMIA DE COMUNHÃO - EdC

1 – O MOVIMENTO DOS FOCOLARES: CONTEXTO DE ORIGEM DA EdC

A Economia de comunhão é um projeto nascido no interior do Movimento dos Focolares que é um movimento de cunho eclesial e civil, que surgiu em Trento (Itália) no ano de 1943 em plena Segunda Guerra Mundial, em meio a destruição, juntamente com outras jovens Chiara Lubich¹, assim relata: *“encontrei algo que não passa, que nenhuma bomba pode destruir”*, dá-se início a um vasto movimento denominado *Obra de Maria* ou Movimento dos Focolares que hoje se encontra espalhado em mais de 182 países, tem sua expressão em mais de 300 igrejas cristãs, e tem como prática quatro diálogos, sendo o primeiro com a própria Igreja católica, depois com outros cristãos de outras denominações, com fiéis de outras religiões e com aquelas pessoas que não possuem um referencial religiosos de diferentes níveis sociais, políticos e culturais.

Neste contexto é importante salientar para os centros nacionais do Movimento, que são chamados de ‘Mariápolis Permanentes’, que são comunidades habitadas por pessoas que participam do Movimento. Estas Mariápolis tem por objetivo contribuir para uma renovação espiritual e social da humanidade. Em 1965, em Loppiano na Itália nasceu a primeira dessas Mariápolis. Atualmente, são 20 no mundo, no Brasil são três (3); na Argentina uma (01); no México uma (01); Alemanha uma (01); EUA uma (01); Portugal uma (01); Espanha uma (01); Bélgica uma (01); República Checa uma (01); Polônia uma (01); Itália uma (01); Suíça duas (02); República dos Camarões uma (01); Quênia uma (01); Filipinas uma (01); Líbano uma (01); Melbourne uma (01).

Diante da dimensão e realização que existe neste movimento, é possível notar-se o seu comprometimento e envolvimento na construção de um mundo mais justo, mais unido, ou seja, de uma sociedade mais humana.

O Movimento tem por objetivo construir a paz e a unidade entre pessoas, gerações, povos e classes sociais.

¹ CHIARA LUBICH, fundadora e atual presidente do Movimento dos Focolares, nasceu em Trento Itália, em 22 de janeiro de 1920. Em 1943, junto com algumas companheiras, iniciou uma experiência espiritual e social que originou o Movimento dos Focolares.

Há mais de 50 anos a comunhão dos recursos materiais e espirituais são colocados em circulação no meio social, tendo em vista a justiça, esta escolha é praticada pelos membros do Movimento.

Embora a EdC tenha surgido em um contexto religioso, tem uma atuação civil de incidência em diversos campos de atuação tais como: social, político, econômico, cultural e artístico.

Levando-se em conta alguns aspectos aqui citados que fazem parte e delinea o Movimento dos Focolares, destaca-se sua expressão econômica que é o Projeto Economia de Comunhão – EdC.

2 – ORIGEM E FUNDAMENTO

O projeto EdC surgiu em virtude da viagem que Chiara Lubich fez, em maio de 1991, à comunidade do Movimento dos Focolares do Brasil, que conta com cerca de 200 mil membros espalhados em todo território brasileiro. Tem sua origem na imediata e intensa relação que ela estabeleceu com o povo brasileiro e com a situação social e econômica do país. *Segundo Chiara:*

“Aqui deveriam surgir indústrias, empresas, cujos lucros seriam livremente colocados em comum com o mesmo objetivo da comunidade cristã: antes de tudo para ajudar quem se encontra em necessidade, oferecer-lhe um trabalho, agir de tal forma que não exista mais indigentes entre eles. Os lucros, depois, servirão também para o desenvolvimento da empresa e para as estruturas da cidadezinha, para que ali se possam formar “homens novos”², porque sem homens novos não se constrói um sociedade nova!

Uma cidadezinha assim – aqui no Brasil que possui essa chaga da divisão entre ricos e pobres - poderia ser um farol e uma esperança”.

Em paralelo com o surgimento da EdC, anos antes em 1989 houve a guerra do Golfo que comina a queda dos muros de Berlim no Leste Europeu. Assim se encontrava o cenário mundial no âmbito civil. Neste contexto o Papa

² São pessoas imbuídas de uma mentalidade nova, comprometida com a cultura da partilha, com a ética e a legalidade salvaguardando os direitos e a dignidade da pessoa humana.

João Paulo II, publica a Encíclica “Centesimus Annus”, que chama à atenção para uma reflexão a respeito da propriedade privada, a livre iniciativa que pode-se entender no sistema econômico, político vigente e a livre associação, que possibilitará a geração de empregos.

O contexto brasileiro era bem diversificado indo de mudanças de planos econômicos, recessão para tentar combater a inflação e o que neste contexto haveria-se de esperar: falências e fechamentos de empresas aumentando o desemprego.

Diante do exposto acima o surgimento do Projeto EdC constitui-se um paradoxo, pois na realidade empresas estavam fechando por não conseguirem se manter no mercado e pela sua proposta de distribuir os lucros, ou seja, de dar, de dividi-los, enquanto o sistema econômico vigente está voltado para o acumular, ter, concentrar.

A finalidade da Economia de Comunhão está expressa no seu próprio nome: uma economia que tem a ver como define Chiara: *“com a comunhão entre os homens e os bens, sendo a Economia de Comunhão um fruto de um Carisma, esta sua finalidade não pode ser senão uma expressão parcial da finalidade peculiar deste Carisma”*.

A economia de comunhão é aberta a todos, por se tratar de uma prática econômica peculiar, estas empresas tem por finalidade central, além de gerar postos de trabalhos e renda, a distribuição do lucro segundo três partes:

a) uma parte aos pobres: o montante destinado ao investimento a pessoas em situação de vulnerabilidade social, inicialmente no âmbito do Movimento dos Focolares vai depender de região para região, como também são variadas as necessidades a serem cobertas.

Pode-se dizer que um dos critérios considerados para que se estabeleça o valor a ser repassado a cada pessoa é de acordo com a necessidade deste. De modo geral a quantia tende ao suprimento das necessidades básicas tais como: moradia, alimentação, tratamento médico, transporte, estudo, vestuário, dentre outros.

È importante salientar que as pessoas que recebem esta ajuda, muitas vezes passam a trabalhar nas próprias empresas, o que caracteriza que não se trata de um paternalismo, mas sim de dar a um determinado momento, condições de dignidade a pessoas a quem este direito foi tirado.

b) uma parte para a empresa: caracteriza-se pela retenção dos lucros que é utilizado para o reinvestimento na atividade produtiva de modo a garantir a viabilidade da empresa no mercado, possibilitando inclusive a geração de novos postos de trabalho.

c) e uma outra parte para as estruturas nas quais se formam “homens novos”. A formação humana é a última das três finalidades à qual o lucro é direcionado. Ela é compreendida como processo contínuo e abrangente de fato a atividade formativa desenvolvida pelo Movimento dos Focolares tem por base favorecer o pleno desenvolvimento da pessoa a partir do amadurecimento das condições físicas, mentais, afetivas, estéticas. Chiara enfatiza que:

” Sem homens novos não se concretiza a EdC e, para que isso se realize, são necessárias estruturas de formação. Dentre as estruturas existentes no Movimento dos Focolares, é preciso dar prioridade às Máriaópolis permanentes e aos centros Máriaópolis, porque neste espaço se formam os dirigentes que, ao mesmo tempo, testemunham uma realidade vivida...”

Quem quer fazer Economia de Comunhão precisa mergulhar nestas estruturas, porque deve se tornar um “homem novo”. A “regra” da Economia de Comunhão exige que assumamos o ideal da unidade e que vivamos profundamente a cultura da partilha, somente assim ela funciona.

Em circunstâncias especiais e justificadas as empresas poderão não atender aos preceitos de repartição do lucro, notadamente em casos de dificuldades financeiras, ou seja, a repartição do lucro somente será realizada quando o empreendimento econômico atingir o seu ponto de equilíbrio, para não se colocar em risco a continuidade da empresa e nem a oferta de emprego.

O projeto da EdC tem por base transpor a um nível coletivo aquela prática que faziam em nível individual no Movimento, ou seja, poderia ser feita a nível de empresas que estejam dispostas a dividir seus lucros em três partes como mencionado anteriormente.

As empresas vinculadas a EdC deve ser administrada com competência, seriedade e ética, atuarem dentro de uma livre concorrência de mercado, porém colocando no centro os interesses do ser humano. E a divisão dos lucros é o

aspecto mais inovador da EdC, baseando-se numa nova visão econômica, o da comunhão. Dados numéricos complementares vide anexos tabela nº 1 (Demonstrativo do n.º de pessoas em situação de pobreza ajudadas com a distribuição do lucro da EdC); e na tabela n.º 2 (Perfil do faturamento das empresas vinculadas à EdC em 2002).

3 – PROCESSO DE ADESÃO À ECONOMIA DE COMUNHÃO

As sociedades empresariais que tenham como intuito a novidade proposta pela Economia de Comunhão, irão se deparar com a necessidade de identificar os instrumentos de agregação e as estruturas adequadas que caracterizem essa nova “comunhão na liberdade”, serão necessários elementos de profissionalidade, talentos, idéias e recursos pessoais de todos os que decidirem aderir a ela.

É importante observar a legislação, os costumes sociais e as culturas do país. São muitas as soluções para colocar em prática esta proposta, porém para que já atua no mercado empresarial requer inventar novos modos de relacionar-se com os próprios colegas de trabalho, sócios, clientes, concorrentes, administração pública, com o local onde está localizado a empresa, e os fornecedores, dentre outros. Ferrucci assim diz:

“Da proposta de Chiara Lubich para uma economia de comunhão nasce o convite para a criação de sociedades empresariais – regidas ou não por ações – para a utilização dos instrumentos mais difundidos de agregação de capitais como as estruturas produtivas que dêem suporte aos primeiros experimentos da economia de comunhão. Essas sociedades, embora respeitando as regras definidas pelas respectivas legislações, deveriam observar também alguns aspectos específicos, que enunciamos a seguir:

- 1. Nelas deveria predominar um amplo quadro de acionistas constituído por um grande número de pequenas cotas, embora não se exclua a presença de alguns com cotas importantes;*
- 2. A administração e gerenciamento do empreendimento deveria ser entregue a pessoas profissionalmente competentes e especialmente motivadas pelo novo tipo de economia de comunhão, capazes de*

- conquistar a confiança não só dos proprietários da maioria das ações, mas possivelmente da totalidade dos acionistas;*
3. *O comportamento empresarial, sob o aspecto da correção administrativa e fiscal, da política salarial, da segurança e da salubridade do local de trabalho e do impacto sobre o meio ambiente deveria ser de absoluto respeito à legislação vigente;*
 4. *O relacionamento entre trabalhadores, entre direção e trabalhadores, entre empresas e empresas concorrentes, empresa e administração pública, deveria ser sempre coerente com os princípios da economia de comunhão, respeitando-se a competência e a sensibilidade de cada um;*
 5. *A gestão respeitaria as regras da eficiência e da produtividade; a empresa deveria, pois colocar-se em condições de caminhar por si própria. Embora permanecendo sempre aberta à intervenção da Providencia, como consequência natural do seu modo de atuação econômica sobre a qual se baseia;*
 6. *Aspecto característico da empresa, para poder afirmar sua adesão à “economia de comunhão”, seria a adesão de todos ou, pelo menos, da maioria dos acionistas, de empregar os lucros não indispensável à consolidação da empresa na ajuda aos “últimos” e na formação das novas gerações nesta “cultura do dar”; formação que seria realizada de varias formas, entre as quais certamente através das “cidadezinhas-modelo” , que seriam consideradas cada vez mais como o coração dessa nova economia.*
 7. *Uma forma preciosa e prioritária de a empresa ajudar os “últimos” seria a criação, para eles, de uma atividade produtiva. Uma maneira eficiente de empregar os lucros em favor deles poderia, portanto, resultar na criação de atividades produtivas com o uso intenso da mão-de-obra, que de outra forma seria descartadas em razão de uma rentabilidade econômica limitada, embora segura;*
 8. *Considerando que, com o tempo, ocorrerá que um sócio, por vontade ou por necessidade, queira receber todos os lucros que lhe cabem, ou reaver o capital investido, ou que os herdeiros ter idéias diferentes das dos pais, e para respeitar também uma das*

características essenciais da economia de comunhão, que é a liberdade dos que nela “investem” seus recursos, eles deveriam com o tempo, poder dispor dos seus bens; portanto as cotas da sociedade devem manter um valor de mercado, o que seria impossível se a decisão de distribuir os lucros não tivesse um prazo definido; conseqüentemente, esta decisão deverá ser renovada a cada ano por todos os sócios, a quem a sociedade deverá assegurar a liberdade “efetiva” de receber sua parte nos lucros, caso a decisão tenha sido nesse sentido; do contrário, criar-se-ia um pequeno sistema econômico próprio, separado da economia de mercado, o que dificultaria a difusão da economia de comunhão.

É importante salientar que na hora de declarar a distribuição do lucro o sócio o faz de maneira voluntária, livre, pois, ele renuncia aos próprios lucros e em prol da doação para terceiros.

4 – REPERCUSSÃO E EXPANSÃO MUNDIAL

A economia de Comunhão teve uma repercussão imediata não somente no Brasil, mas também na Europa, onde suscitou esperança. A Economia de Comunhão, parece evidenciar a capacidade de suscitar na pessoa humana a abertura ao outro desinteressada, que termina por gerar a reciprocidade, considerando a pessoa em todas suas necessidades e dimensões.

A idéia se propagou por todo o Movimento assumindo um caráter mundial. Hoje aderem ao projeto mais de 761 empresas dos cinco continentes, são empresas de pequeno, médio e grande porte com diferentes formas jurídicas, com atuação em diversos ramos de atividades, como pode-se observar nas tabelas e gráficos em anexos a partir da tabela n.º 3.

4.1 – AS PECULIARIDADES DA EDC

A Economia de Comunhão consiste em direcionar a firma ou empresa a constituir-se como segundo Araújo “*comunidade de pessoas*” altamente responsáveis e motivadas, voltadas à produção de bens e serviço e a usar os lucros

em vista de uma sociedade solidaria aos excluídos, aos marginalizados, em uma palavra os necessitados. E como se entende serem necessárias pessoas profundamente convictas, parte deste lucro é usada para formar “homens novos”, além naturalmente do incremento da própria empresa. Continua Araújo:

“Apesar de as firmas e empresas que aderem a esse projeto se virem na contingência de implementá-lo no interior do sistema econômico vigente, isso significa que estão na verdade indo em direção contrária daquilo que é considerado constituir vigas mestras do comportamento econômico, dentro dos pressupostos da EdC”.

Em uma primeira fase, as firmas surgidas com o impulso do projeto tiveram de preparar-se: procura de mercado, maior profissionalismo, pesquisa da forma jurídica mais adequada, formação de capital social dentre outro.

Recentemente em um encontro em Rimini (Itália), onde se reuniam diversos políticos o prof. Stefano Zamagni³ responde a seguinte questão: Esta experiência, que já está realizada, que características peculiares apresenta em relação às outras?

A primeira se relaciona com o fato de que a Economia de Comunhão mostra como se pode usar do mercado para reforçar o vínculo social. Isto não é descontado porque muitos ainda, entre os envolvidos nos trabalhos, encaram que o mercado necessária e intrinsecamente seja um lugar de divisão, de separação.

Deste modo a Economia de Comunhão constitui uma forma concreta para superar esta concepção do mercado que tende a ver o lugar da divisão, do desfrutamento.

A segunda característica fundamental é que a Economia de Comunhão mostra como é possível a dicotomia entre momento de produção da riqueza e o momento da sua distribuição. Esta é uma dicotomia antiga: muitos pensam que o agir econômico pode-se comportar da seguinte forma: no momento da produção da riqueza nenhuma norma ética deve ser vinculante porque o único objetivo é maximizar o lucro; depois, obtido

³ Professor da Economia na Universidade de Bolonha (Itália) e consultor do Vaticano para assuntos econômicos.

o lucro máximo então se pode lembrar da existência e das necessidades das outras pessoas, e portanto ser generosos no momento da distribuição.

A terceira característica relaciona-se com o fato de que a Economia de Comunhão nos mostra como as transações econômicas sejam indissociáveis dos relacionamentos humanos, e portanto que as trocas, mesmo as trocas mercantis, que se realizam no mercado, não podem ser trocas anônimas e impessoais. Pois bem a Economia de Comunhão vai contra esta tendência.

A empresa na EdC se organiza como uma "comunidade de pessoas" empenhadas, sim, na produção de bens e de serviços, na qual todos gozam de uma igualdade fundamental de ser e de agir que ultrapassa a função desenvolvida.

Emerge assim uma consciência da dignidade de cada trabalhador que permeia a cultura do trabalho: nela, há espaço para todos os aspectos da vida dos trabalhadores, inclusive a saúde, o descanso e o lazer. *Segundo o pensamento de Araújo, "administrada desse modo a empresa se abre à sociedade com uma postura diferente".* Onde o relacionamento com os concorrentes perdem aquela característica de 'guerra' constante, de confronto, e passa a mirar uma aproximação amigável e de colaboração recíproca. Com isto os clientes passam a serem considerados em suas necessidades reais e nas suas exigências. A esses clientes são oferecidos produtos de qualidade, e a empresa passa a exercer um papel de ajudar seus clientes em suas escolhas. Cresce nestas empresas a sensibilidade em relação ao meio-ambiente. Enfatiza Araújo:

É natural que uma empresa administrada dessa forma sinta-se parte integrante e vital da comunidade política e da sociedade civil na qual está inserida. Participa responsabilmente das suas atividades e colabora com suas iniciativas. Ao conduzir a empresa, o empresário segue as leis vigentes na sociedade, muitas vezes, não só cumpre as suas obrigações legais, pagando todos os impostos e observando outras prescrições sociais, mas solicita as autoridades que respondem às novas exigências que brotam desse modo de orientar a empresa.

No momento do balanço anual ou mensal, o lucro acumulado é dirigido, com a participação de todos, às finalidades previstas no segundo tópico deste capítulo.

Muitos empresários da economia de comunhão percebem que esta nova postura, de administrar, de um lado, provoca um grande impacto na sociedade, contribuindo positivamente ao bem-comum; de outro, gera neles mesmos uma transformação que podem chamar de uma verdadeira conversão interior. Onde, a dimensão pessoal da vida privada, se une à dimensão do trabalho, num ato de unificação. Acredita-se em uma verdadeira operação cultural-espiritual, precursora de novidades para o bem do mundo.

5 – O PÓLO EMPRESARIAL SPARTACO: INICIATIVA PIONEIRA DA EDC

Uma das empresas da EdC nasceu em virtude do surgimento do Pólo Industrial Spartaco. É uma sociedade anônima por ações de capital fechado, nascida com fim específico de implantar e desenvolver o Pólo Empresarial, ou seja, um espaço econômico e produtivo destinado à implantação de pequenas e médias empresas inspiradas no Projeto Economia de Comunhão.

O Pólo Empresarial Spartaco foi implantado em 1993 numa área de 37.466 m² localizada no município de Cotia, no Estado de São Paulo, e agrupa atualmente seis empresas: uma indústria de confecções; uma indústria de manufaturados em polietileno; uma indústria de produtos de limpeza biodegradáveis; uma comércio de medicamentos hospitalares; uma indústria de vasilhames plásticos e, por fim, uma organização voltada ao fomento mercantil.

O Pólo Spartaco oferece cerca de 67 postos de trabalhos diretos e tem capacidade de abrigar mais quatro empresas. Por ser o primeiro pólo vinculado à EdC, o Pólo Empresarial Spartaco constitui um ponto de referência mundial para o Projeto, constituindo-se em uma de experiência piloto. Está em desenvolvimento outros dois pólos, um na Argentina e outro em Loppiano na Itália.

A principal empresa conta com um capital social estimado em R\$ 1.500,000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), valor correspondente ao patrimônio do Pólo Empresarial. *Segundo seu presidente:*

seus recursos operacionais são provenientes da subscrição de ações ordinárias e preferenciais, realizada por mais de três mil

acionistas que acreditam firmemente na possibilidade de dar novos conteúdos á economia, recriando critérios diferenciados de organizar a produção e a vida social. A criação desta organização econômica deriva, também, do intento de alargar as possibilidades de participação das pessoas interessadas em viabilizar as idéias que norteiam o Projeto Economia de Comunhão, o que ocorre mediante a compra de ações.

O valor mínimo de subscrição das ações foi estipulado em R\$ 20.00 (vinte reais), visto que os custos de processamentos bancário tornam impraticável qualquer operação inferior a este montante. Continua o presidente:

“É preciso esclarecer que a infra-estrutura e os galpões onde as empresas estão instaladas são de propriedade dessa sociedade, que aluga para as empresas. Tal medida tem por base prevenir problemas societários, inclusive no que tange à gestão de patrimônio proveniente de heranças, e garantir que a participação de todos os agentes envolvidos tenha por base o reconhecimento da liberdade individual como fator propulsor do Projeto”.

A empresa é dirigida por um conselho de Administração formado por 19 (dezenove) membros representantes da várias regiões do Brasil, e que dispõem de qualificação técnica diversificada. Há, ainda, uma Diretoria Executiva composta de 4 (quatro) membros que se reúnem regularmente.

Além da Assembléia Anual da empresa, durante a qual se realiza a prestação de contas e se discutem as estratégias visando ao avanço da EdC, é promovido no mesmo período, e em âmbito nacional, um congresso que reúne pessoas vinculadas ou interessadas em conhecer o Projeto.

A empresa pioneira a efetuar locação no Pólo Empresarial, surgiu logo após o lançamento da Economia de Comunhão em 1991. Começou de forma muito simples, praticamente do nada, contava apenas com duas máquinas semi-industriais colocada a disposição por uma pessoa e com algumas economias, mas impelida a atuar este projeto, colocaram tudo em comum, o pouco recurso, deu-se início a uma

pequena empresa de confecções nas imediações da Mariápolis Ginetta, que na época se chamava Mariápolis Araceli.

Atualmente esta empresa tem algumas lojas no Estado de São Paulo e representantes em todas as capitais do Brasil. Sua atividade se desenvolve no campo de confecções, com linha infantil, juvenil e feminino, além de atender a rede escolar com os uniformes.

Além de ser a primeira empresa da Economia de Comunhão, é também a primeira a ter-se instalado no Pólo Spartaco, em 1994.

Outra empresa locatária do Pólo Empresarial iniciou suas atividades em 1994, começou muito pequena, num espaço de 40m² fora do Pólo Empresarial sem nenhuma infra-estrutura.

No início, os primeiros produtos eram entregues com os próprios carros das sócias. Depois, passo a passo, foram ganhando credibilidade junto ao mercado. Segundo Ercília, *“Embora fôssemos bem pequenos, tínhamos a grande convicção da importância de levar para frente essa iniciativa empresarial”*.

Dois anos depois pediu transferência para o Pólo. Após a transferência, começou um novo processo de comercialização, e as portas se abriram seja por parte dos clientes seja dos fornecedores. Atualmente os produtos estão nas maiores redes do Brasil como, por exemplo, nos grupos: Extra e Carrefour.

Ercília continua “...Todo esse processo é uma experiência muito importante para nós. Acima de tudo, sentimos que precisam ser preservadas a ética e a seriedade com que uma empresa da Economia de Comunhão deve se apresentar ao mercado”.

As três outras empresas integrantes do Pólo Empresarial, exercem atividades ligadas a setores econômicos em ascensão, apresentando sinais de contínuo desenvolvimento e crescimento.

CAPITULO III – A CONTABILIDADE ADAPTADA PARA AS EMPRESAS VINCULADAS DA ECONOMIA DE COMUNHÃO

Como relatado no capítulo I, a Contabilidade utilizada como instrumento de gestão possibilita a criação da informação que por sua vez orienta a tomada de decisões no ambiente empresarial.

Nas empresas vinculadas da EdC não são diferentes quanto às exigências de informações para tomadas de decisões, mas os modelos utilizados pelas empresas em geral não se aplicam de forma direta, pois os objetivos sociais são diferentes pois estão voltados à “valorização” do ser humano, conforme as bases já delineadas no capítulo II, neste capítulo apresentaremos os principais instrumentos de avaliação da situação econômico financeira e algumas sugestões para a adaptação com fins de aplicação na EdC.

Segundo a metodologia indicada por Sanvicente, deve-se definir algumas medidas de endividamento, liquidez e rentabilidade de uma empresa, depois de concluída a exposição e análise a respeito dos indicadores econômicos financeiros apresentaremos um quadro-resumo, para certas circunstâncias, serão necessárias algumas hipóteses adicionais sobre esses indicadores, os quais serão apontadas nos momentos apropriados.

1 – INDICADORES ECONÔMICOS FINANCEIROS

1.1 – ENDIVIDAMENTO GERAL

Total Passivo circulante + duplicata descontadas + Exigível a longo prazo
Ativo total

Sendo que seu resultado é apresentado em porcentagem representando a participação de recursos financeiros por terceiros. É um bom indicador de risco da empresa.

1.2 - ENDIVIDAMENTO DE LONGO PRAZO

$$\frac{\text{Exigível a longo prazo \%}}{\text{Ativo total}}$$

É um indicador importante na empresa as dividas a longo prazo são geralmente onerosas, o que ocorre com grande parte das exigibilidade incluídas no passivo circulante.

Ativo total ajustado, é o total dos recursos à disposição da empresa que compreende:

$$\frac{\text{Patrimônio Líquido}}{\text{Endividamento geral}} = - 100 \times 100$$

Patrimônio Líquido ajustado, é o patrimônio líquido legal devidamente autorizado, ajustado pelos efeitos da inflação, quando necessário.

1.3 - LIQUIDEZ CORRENTE

$$\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

É uma medida mais usada para avaliar a capacidade de uma empresa em saldar os seus compromissos em dia.

1.4 - LIQUIDEZ SECA

$$\frac{\text{Ativo circulante – estoque}}{\text{Passivo circulante}}$$

Este índice vem como uma tentativa de corrigir as deficiências deixadas pela liquidez corrente, excluindo do ativo circulante os estoques, que corresponde ao ativo de realização mais problemática dentro dessa categoria.

1.5 - LIQUIDEZ GERAL

Somatório ativo circulante + R.L.P

Somatório exigível total + duplicata descontada

Tem como função medir quanto a empresa possui de recursos não aplicados em ativos permanentes para cada real de dívida.

Se o índice for menor que 1, a empresa vai depender de lucros futuros, renovação das dívidas ou vendas do ativo permanente para manter-se solvente.

Este índice é uma das medidas mais utilizada para avaliar a capacidade de uma empresa para saldar seus compromissos em dia.

1.6 - RENTABILIDADE / LUCRATIVIDADE

Tais índices na realidade, são medidas variadas do lucro da empresa em relação a diversos itens, de acordo com a exigência de cada empresa, uma vez que o próprio lucro possui significados diferentes.

1.6.1 - PRODUTIVIDADE (GIRO DO ATIVO)

Receita bruta de vendas e serviços

Ativo total

Este indicador mede a eficiência operacional da empresa e deve ser comparada com a margem de lucro sobre vendas.

1.6.2 - MARGEM LÍQUIDA DAS VENDAS

Lucro líquido

Vendas

No final deste somatório obtém-se o lucro líquido em relação às vendas.

Taxa de retorno sobre investimentos (TRI)

Margem líquida de vendas x giro do ativo = TRI

$$\text{TRI} = \frac{\text{lucro líquido} \times \text{vendas}}{\text{Vendas} \quad \text{ativo}}$$

$$\text{TRI} = \frac{\text{lucro líquido}}{\text{ativo}}$$

1.7 - RENTABILIDADE DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Lucro líquido

Patrimônio líquido

A rentabilidade do patrimônio líquido fornecerá o retorno do investimento aos acionistas, em porcentagem.

Quadro de indicadores

Endividamento <ul style="list-style-type: none"> - Geral - Longo Prazo 	<ul style="list-style-type: none"> - Ambos indicam o nível de endividamento, ou seja, se a empresa se utiliza mais recursos de terceiros ou de recursos dos proprietários.
Liquidez <ul style="list-style-type: none"> - Corrente - Seca - Geral 	<ul style="list-style-type: none"> - Analisa a capacidade da empresa saldar seus compromissos a curto prazo. - Maior ou igual a 1,0 a empresa se encontra em uma boa situação. - Mostra a capacidade de pagamento da empresa a longo prazo, considerando tudo que a empresa converterá em dinheiro.
Rentabilidade <ul style="list-style-type: none"> - Produtividade (Giro do ativo) - Margem líquida das vendas - Taxa de retorno sobre o investimentos (TIR) - Rentabilidade do Patrimônio Líquido 	De acordo com o setor de atividade

O uso de um quadro de indicadores possibilita análise da saúde da empresa com a finalidade de diagnosticar a situação econômica financeira, possibilitando concessão de crédito, avaliação de novos investimentos mediante compras de ações, verificar lucratividade, dentre outros.

O quadro permite a comparação de dados de empresas e possibilita analisar evolução da empresa ao longo de diversos exercícios, assim como cria condições de comparabilidade dos dados da empresa analisada com os dados relativos às demais empresas de um mesmo setor de atividade.

2- UTILIZAÇÃO E LIMITAÇÕES DA ANÁLISE DE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A utilização da análise de demonstrações financeiras, pode ser feita pela própria administração da empresa, sendo utilizada como técnica de planejamento de vários aspectos para se atingir os objetivos desejados, funciona também como controle dos efeitos das operações sobre o patrimônio da empresa. Tomando como base o ponto de vista da administração financeira é importante verificar se os ativos da empresa estão sendo bem administrados.

Segundo Sanvicente, para um analista analisar as demonstrações financeiras dentro de uma empresa precisa-se ater à alguns aspectos importantes, levando-se em conta que tipo de transação que mantêm ou deseja manter com a empresa.

Pode-se elencar algumas possibilidades:

a) Banco ou Instituição financeira que fornece recursos a curto ou longo prazo. Esta organização estará interessada em saber:

- Se a empresa tem condições de devolver o valor emprestado, com os demais encargos, no prazo estabelecido.

- Se a empresa não está comprometida com outros credores, para no caso de alguma eventualidade poder saldar seus compromissos.

- Como é administrada, se não estar correndo risco.

b) Investidor em ações – pessoa física ou jurídica

O analista vai estar interessado na rentabilidade da empresa, ressaltando qual é sua política de dividendos.

c) Concorrente – mesmo ramo de atividade.

Ao proceder esta análise leva-se em conta uma comparação de eficiência, ou seja, uma avaliação do próprio desempenho.

No que tange as limitações da análise de demonstrações financeiras poderia-se pensar que uma das principais limitações desta análise consistiria no fato que esta estar baseado em dados contábeis ou seja aplicável ao passado.

No entanto isto não faz muito sentido, por que uma demonstração pode ser projetada para o futuro.

Por se tratar de dados básicos apresentam alguns defeitos inerentes ao método de sua geração, tais como:

- a) Fatos registrados, relacionados a transação empresarial;
- b) Convenções para facilitar a temática Contábil;
- c) Postulados, que implantam os procedimentos convencionais;
- d) Juízos pessoais utilizados na aplicação dos postulados e das convenções.

Diante disto, salienta-se algumas limitações na análise da demonstrações financeiras:

- Não pode-se pretender que os dados sejam absolutamente precisos;
- As demonstrações não são capazes de refletir todos os fatos relativos a condição financeira da empresa;
- Pelo fato que os ativos são custos não amortizados não é possível refletir com fidelidade o valor de mercado na empresa;
- Para se determinar o lucro leva-se em conta o procedimento escolhido pela empresa. Por exemplo: (FIFO, custo médio, avaliação de estoque dentre outros).

3 – INDICADORES ECONÔMICO FINANCEIROS ADICIONAIS PARA A ANÁLISE DAS EMPRESAS VINCULADAS A EDC

Tomando por base, a distribuição do lucro, sugerimos acrescentar ao quadro de indicadores alguns novos indicadores, que tomados em confronto com os demais,

possibilitarão uma avaliação do enfoque “social” associado aquelas empresas da EdC.

Complemento ao quadro de indicadores

Descrição	Significado para EdC
<u>Investimento na formação de homens novos</u> Investimento total	- indica o nível de contribuição prestada pela empresa da EdC na formação de homens novos durante um período
<u>Lucro distribuído aos pobres</u> Lucro líquido exercício	- indica o nível de lucro que foi distribuído aos pobres

O uso de indicadores adicionais propostos poderão possibilita aos gestores da empresa comparar os níveis de contribuição e criar bases de dados estatísticos para avaliação do desempenho comparativos aos das demais empresas vinculadas a Economia de Comunhão - EdC.

4 - DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO – DVA - ADAPTAÇÃO PARA AS EMPRESAS PARTICIPANTES DA EdC.

Amparado nas bases da autora De Luca sobre DVA percebe-se a ampla utilidade informativa desta demonstração, para as empresa participantes da EdC faz-se necessário destacar mediante ao estudo da contabilidade a possibilidade de sugerir uma DVA adaptada, que apresenta a seguinte estrutura:

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
<p>Apuração do valor adicionado</p> <p>Vendas</p> <p>(-) Materiais e serviços adquiridos de terceiros</p>
<p>Valor adicionado da atividade de terceiros</p> <p>Riquezas transferidas de terceiros</p>
<p>Receita Financeira</p> <p>Receita equivalência patrimonial</p>
<p>Valor adicionado total dos negócios</p> <p>Distribuição do valor adicionado</p> <p>Empregados</p> <p> Mão-de-obra</p>
<p>Financiadores</p> <p> Juros</p>
<p>Governo</p> <p> Impostos</p>
<p>Acionistas</p> <p> Dividendos</p> <p> Fundo Mundial das empresa da EDC – Este fundo tem como função a concentração dos recursos financeiros destinado a distribuição conforme às finalidades da Economia de Comunhão.</p> <p> Homens novos</p> <p> Própria empresa</p> <p> Para os pobres</p> <p> Outras</p>
<p>Lucros retidos</p>

CONCLUSÃO

No decorrer do desenvolvimento deste trabalho, foi possível comprovar pela revisão bibliográfica que a contabilidade financeira pode ser adaptada para enriquecer o processo decisório das empresas vinculadas ao Projeto Economia de Comunhão – EdC.

Neste trabalho estão sendo sugeridas algumas referências a indicadores econômicos financeiros e à demonstração do valor adicionado os quais poderão contribuir para as empresas tomarem suas decisões financeiras com enfoque social, conforme propõe a Economia de Comunhão – EdC e ao mesmo tempo fornece a estas entidades elementos comparativos extraídos das demonstrações contábeis para subsidiar decisões estratégicas.

A pesquisa mostrou que o assunto não está esgotado, pois, poderá ser enriquecido no futuro por outros trabalhos que venham a adaptar balanços e demonstrações de resultado por exemplo, como forma de contribuir para as empresas componentes da Economia de Comunhão – EdC tomarem suas decisões cotidianas, pois verificamos o potencial de adaptabilidade da contabilidade financeira ao processo decisório, inclusive para uso nos grupos econômicos que tenham por objetivo metas sociais e não somente lucro, inserindo-nos assim, no contexto da contabilidade social.

.A adaptação da contabilidade financeira para uso nas empresa da Economia de Comunhão – EdC com certeza trará efeitos positivos no processo decisório das empresas, comprovando que a ciência contábil apesar da sua origem há mais de alguns séculos, permanece como ferramenta útil e confiável aos administradores e demais usuários da informação contábil.

ANEXOS

Tabela 1

DEMONSTRATIVO DO N.º DE PESSOAS EM SITUAÇÃO DE POBREZA AJUDADAS COM A DISTRIBUIÇÃO DO LUCRO DA EdC

Continentes	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
África	1.306	933	984	1.194	1.265	1.367	1.394	1.926
América	1.752	1.792	1.806	1.949	2.457	2.434	2.258	2.354
Ásia	448	625	920	955	983	976	974	954
Europa	938	1.516	1.734	1.715	1.809	1.836	1.787	1.403
Oceania	—	28	30	35	53	53	53	35
TOTAL	4.444	4.894	5.474	5.848	6.567	6.666	6.466	6.672

Fonte: Escritório Central da EdC, 1999.

Tabela 2

PERFIL DO FATURAMENTO DAS EMPRESAS VINCULADAS À EdC EM 2002

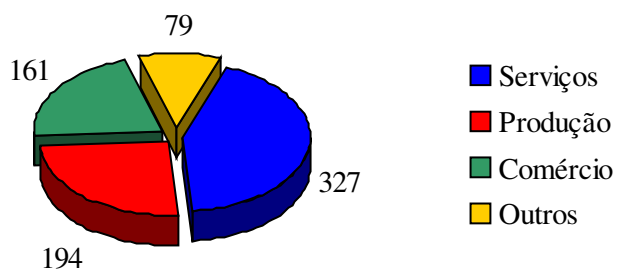
Valor do faturamento	N. Empresas
Acima de 50 milhões/ano	2
Entre 10 milhões a 50 milhões/ano	47
Entre 1 milhão a 10 milhões/ano	33
Entre 500 mil a 1 milhão/ano	129
Abaixo de 500 mil/ano	550
Total	761

Fonte: Escritório Central da EdC, set., 1999.

Tabela 3**PORTE DAS EMPRESAS VINCULADAS à EdC**

Empresas até 50 trabalhadores	736
Empresas de 51 a 100 trabalhadores	15
Empresas com mais 101 trabalhadores	10
TOTAL	761

Fonte: Escritório Central da EdC, set., 2002.

Gráfico 1 – CONFIGURAÇÃO DAS EMPRESAS VINCULADAS à EdC POR SETOR DE ATIVIDADES**Empresas Vinculadas a EdC por Setor de Atividades**

Fonte: Escritório Central da EdC, set., 2002.

Tabela 4
**EVOLUÇÃO DAS EMPRESAS
 VINCULADAS À EdC POR CONTINENTES**

Continentes	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
ÁFRICA	0	1	2	8	11	9	14	10
AMÉRICA	94	144	166	185	220	244	220	221
ÁSIA	10	19	7	24	34	36	36	37
AUSTRÁLIA	1	3	2	5	7	7	7	15
EUROPA	132	161	207	328	444	448	477	478
TOTAL	237	328	384	550	716	744	754	761

Fonte: Escritório Central da EdC, 1999.

Tabela 5

Forma Jurídica das Empresas

Sociedade de capital	200
Sociedade de pessoas	58
Organização	15
Soc.Cooperativas	30
Empresas individuais	288
Varias	170

Fonte: Escritório Central da EdC, set., 1999.

O quadro a seguir permite identificar os ramos de maior expressão desenvolvidos nos vários setores de atividades.

Tabela 6
**CONFIGURAÇÃO DAS EMPRESAS
 VINCULADAS à EdC POR ATIVIDADES**

SERVIÇOS		INDÚSTRIA		COMÉRCIO	
Consultoria	62	Alimentícia	38	Confecção	30
Médico	55	Agrícola	29	Alimentício	30
Escolar	31	Confecção	24	Decoração	16
Informática	26	Construção civil	18	Mat. Hospitalar	13
Manutenção	18	Ind. Mecânica	16	Livros	7
Engenharia	16	Decoração	16	Mat. De informática	4
Turístico	12	Gráfica	15	Auto	2
Jurídico	12	Plástico	4		
Outros	85	Outros	34	Outros	59
TOTAL	327	TOTAL	194	TOTAL	161

Fonte: Escritório Central da EdC, 1999.

.....Há, ainda, 79 empresas situadas em área diferentes das que foram arroladas.

Tabela 7
**LOCALIZAÇÃO DAS EMPRESAS
 VINCULADAS À EdC NO BRASIL**

Região/Estado	N.º	%
NORTE	8	9
NORDESTE	9	10
SUDESTE/CENTRO OESTE	57	65
SUL	14	16
TOTAL	88	—

Fonte: Comissão Nacional da EdC/ Brasil(2002)

Tabela 8

Distribuição das Empresas de EdC no mundo.

ITALIA	246
EUROPA	172
EUROPA LESTE	60
MEDIO ORIENTE	2
ASIA	36
AFRICA	9
AMERICA DO NORTE	45
AMERICA CENTRAL	49
BRASIL	90
ARGENTINA	45
AUSTRALIA	15
TOTAL	

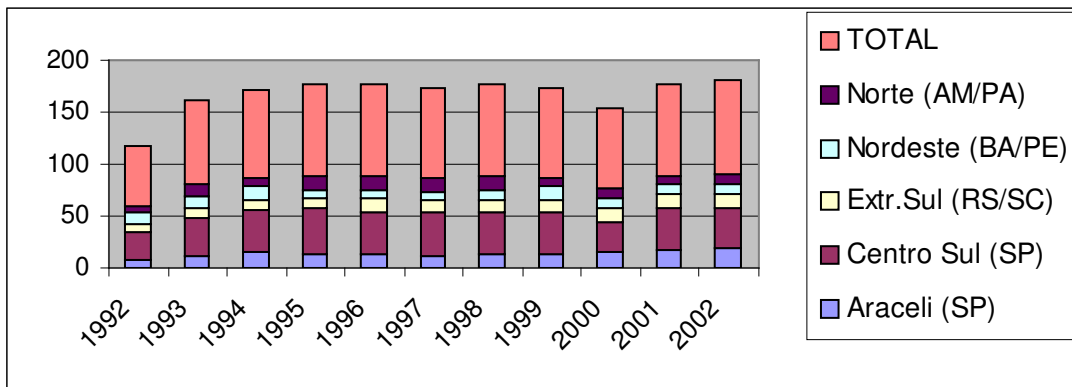
Fonte: Comissão Nacional da EdC/ Brasil(2002)

DADOS SOBRE A
EdC NO BRASIL

MAPA 1 - NÚMERO DE EMPRESAS
COLIGADAS À EdC POR REGIÃO

	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Araceli (SP)	8	11	15	13	13	12	13	13	15	17	20
Centro Sul (SP)	27	37	40	45	41	42	41	41	30	40	38
Extr.Sul (RS/SC)	7	9	11	10	13	12	12	12	12	14	13
Nordeste (BA/PE)	11	13	12	7	8	8	9	12	11	9	9
Norte (AM/PA)	6	11	8	13	13	13	13	9	9	8	10
TOTAL	59	81	86	88	88	87	88	87	77	88	90

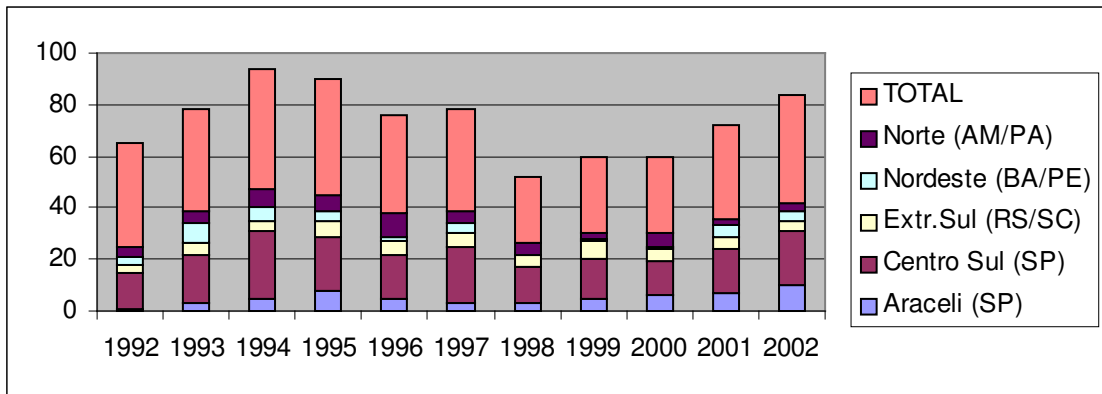
Fonte: Comissão Nacional da EdC/ Brasil(2002)



MAPA 2 - NÚMERO DE EMPRESAS COLIGADAS
QUE ENVIARAM O LUCRO/POR REGIÃO

	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Araceli (SP)	1	3	5	8	5	3	3	5	6	7	10
Centro Sul (SP)	14	19	26	21	17	22	14	15	13	17	21
Extr.Sul (RS/SC)	3	4	4	6	5	5	5	7	5	5	4
Nordeste (BA/PE)	3	8	5	4	2	4		1	1	4	4
Norte (AM/PA)	4	5	7	6	9	5	4	2	5	3	3
TOTAL	40	39	47	45	38	39	26	30	30	36	42

Fonte: Comissão Nacional da EdC/ Brasil(2002)



MAPA 3 - LUCRO DEPOSITADO PELAS EMPRESAS DA EdC POR REGIÃO

	92/93	93/94	94/95	95/96	96/97	97/98	98/99	99/00	00/01	2001/2002
Araceli (SP)	1.500	8.040	18.535	14.921	6.700	2.872	3.027	6.021	6.370	8387
Centro Sul (SP)	12.100	5.861	26.830	60.934	37.027	24.917	30.217	25.510	37.760	31072
Extr.Sul (RS/SC)	1.171	5.010	9.673	14.091	16.507	14.811	12.982	9.835	14.349	8312
Nordeste (BA/PE)	907	1.396	3.216	205	6.700		459	416	874	2509
Norte (AM/PA)	1.416	6.802	13.185	9.576	5.033	8.027	1.503	2.650	1.971	1074
TOTAL	17.094	27.109	71.439	99.727	71.967	50.627	48.363	44.432	61.324	51354

Fonte: Comissão Nacional da EdC/ Brasil(2002)

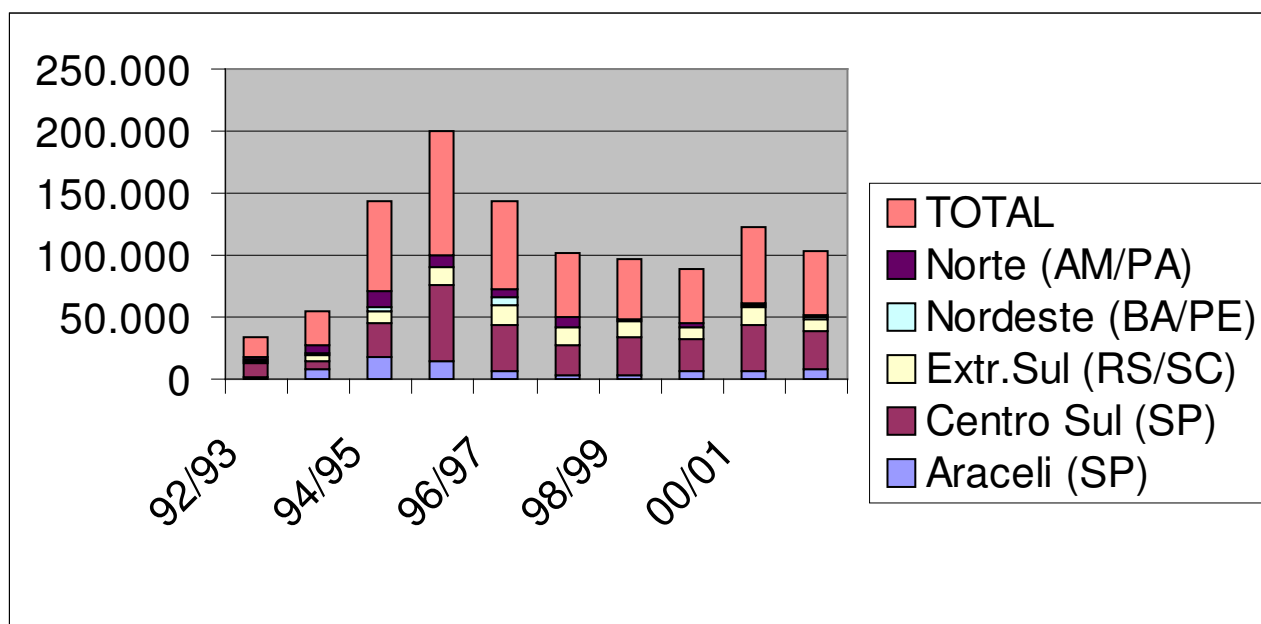
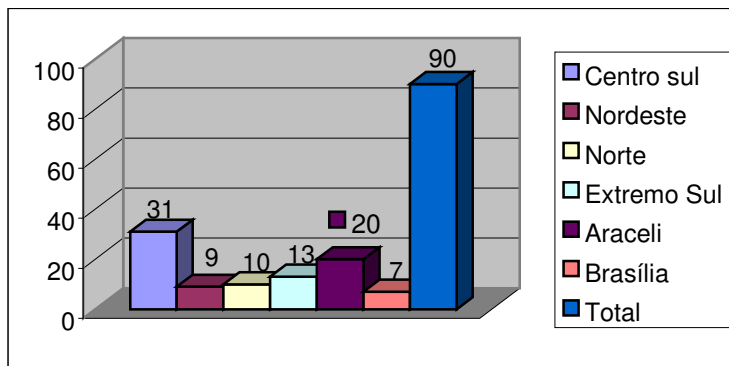


Tabela 12

QUANTIDADE DE EMPRESAS POR REGIÕES

Centro sul	31
Nordeste	9
Norte	10
Extremo Sul	13
Araceli	20
Brasília	7
Total	90

Fonte: Escritório Central da EdC, set., 2002.



QUANTIDADE DE EMPRESAS POR SETORES	
1 –AGROPECUÁRIA	1
2 –INDÚSTRIA	
Alimentação	4
Confecção	4
Química	4
Construção civil	5
Indústria pesada	3
Madeira	1
Metais	1
3 – SERVIÇOS	
Assessoria , consultoria, contabilidade	11
Turismo	1
4 – COMÉRCIO	
Confecções	9
Livraria e papelaria	8
Doceria e Sorveteria	4
Outros tipos de comércio	8
5 –DISTRIBUIDORES	5
6 – EDUCAÇÃO	
Escola	4
Escola de Música	1
Escola de condutores de veículos	1
7 – INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO	2
8 – RESTAURANTE	1
9 – SAÚDE	
Ambulatórios	7
Farmácia	4
10 – FOTOCÓPIADORAS E INFORMÁTICA 4	3
TOTAL DE EMPRESAS:	90

Fonte: Escritório Central da EdC, set., 2002.

BIBLIOGRAFIA

- ARAÚJO, V. *Economia de Comunhão e comportamentos sociais. In: Propostas e reflexões para uma cultura da partilha, São Paulo: Cidade Nova, 1992.p.9-20.*
- AURÉLIO, B. H. F. *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa.2ªed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1996.*
- CALLIARI, G. *O projeto Economia de Comunhão: acenos sobre a origem e o desenvolvimento e algumas repercussões. In: BUREUAX INTERNACIONAL DA ECONOMIA E TRABALHO,1999, Mariápolis Araceli. Anais do Bureuax internacional da economia e do trabalho 1999. São Paulo: Cidade Nova,2000. p. 20-23*
- CENTRO DE ESTUDOS, PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DA ECONOMIA DE COMUNHÃO(Org.). *Anais do Bureuax internacional da economia e trabalho 1999. PINHEIRO, M. B. (Coord.) São Paulo: Cidade Nova, 2000.*
- Conselho Federal de Contabilidade. *Demonstrações contábeis: estruturação e normas. Brasília: CFC, 2001.*
- SÁ, Antonio Lopes de, *Dicionário de contabilidade. 9ªed.São Paulo: Atlas, 1994.*
- Equipe de professores da FEA da USP. IUDÍCIBUS, Sérgio de. *Contabilidade Introdutória. 7ªed. São Paulo: Atlas, 1986.*
- FIPECAFI. *Manual de Contabilidade por Ações. IUDÍCIBUS, Sérgio de, et al. 5ªed. São Paulo: Atlas, 2000.*
- FERRUCCI, A. *Propostas e reflexões para uma cultura da partilha, a “a cultura do dar”. São Paulo: Cidade Nova, 1992.*
- FRANCO, Hilário. *Contabilidade Geral. 18ªed. São Paulo: Atlas, 1973.*
- HENDRIKSEN, Edson S. *Teoria da contabilidade. São Paulo: Atlas, 1999.*
- Lei das Sociedades por Ações, 6404/76 alterada pela 10303/01.
- LUBICH, C. *O Movimento dos Focolares e a Economia de Comunhão. In: BUREUAX INTERNACIONAL DA ECONOMIA E TRABALHO,1999, Mariápolis Araceli. Anais do Bureuax internacional da economia e do trabalho 1999. São Paulo: Cidade Nova,2000. p. 9 – 19.*
- LUCA, Márcia M.M. *De Demonstração do valor adicionado: do cálculo da riqueza criada pela empresa ao valor do PIB. São Paulo: Altas, 1998.*
- MARION, J. C. *Contabilidade como instrumento para tomada de decisões: uma introdução. Campinas, SP: Editora Alínea, 2000.*
- _____ *Contabilidade empresarial. 8ªed. São Paulo: Atlas, 1998.*

RIBEIRO, O. M. *Contabilidade básica*. 16ª ed. São Paulo: Saraiva, 1993.

SANVICENTE, Antônio Zoratto. *Administração Financeira*. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 1997.

WALTER, M. A. *Introdução a Contabilidade: uma metodologia moderna para ensino da contabilidade*. 6ª ed. São Paulo: Saraiva, 1985-1986.

COLEÇÃO

ECOMONIA DE COMUNHÃO- *uma nova cultura*. 1994-2002. Mensal.

APOSTILA

SÁ, Nívea V. A. Diretrizes para elaboração de trabalhos acadêmicos. FAC – São Roque. 2002.